

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CARGO: AUDITOR

PROVA DISCURSIVA P_2 – QUESTÃO 4

APLICAÇÃO: 14/2/2016

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Objetivo da avaliação do resultado primário e do resultado nominal

Por meio do resultado primário, é possível avaliar se o governo está ou não vivendo dentro de seus limites orçamentários, ou seja, se está contribuindo para a redução ou para a elevação do endividamento do setor público. **Em última análise, o resultado primário vai mensurar o esforço fiscal do governo com a finalidade de pagar os juros da dívida e verificar a necessidade de financiamento do setor público.** O resultado nominal — que leva em consideração o resultado primário acrescido dos valores pagos e recebidos de juros nominais junto ao sistema financeiro, ao setor privado não financeiro e ao resto do mundo — indica, efetivamente, o montante de recursos que o setor público necessitou captar junto ao sistema financeiro, ao setor privado e ao resto do mundo para a realização de suas despesas orçamentárias.

Melhores políticas monetária e(ou) fiscal a serem adotadas/efeitos de sua adoção nas curvas IS e LM no que se refere à redução do déficit orçamentário

O atual déficit orçamentário no Brasil requer uma política fiscal contracionista, ou seja, redução de gastos do governo e(ou) aumento de impostos. Considerando-se o modelo IS/LM, pode-se afirmar que combinar uma política de contração fiscal com expansão monetária será uma forma de evitar uma diminuição no produto interno bruto. Nesse modelo, o efeito da expansão monetária é o de deslocar a curva LM para baixo, levando a um aumento do produto e à diminuição da taxa de juros; e o efeito da contração fiscal é o de deslocar a curva IS para a esquerda, levando a uma redução do produto e à diminuição da taxa de juros. Os efeitos combinados garantem uma taxa de juros menor e evitam uma diminuição no produção interno bruto, dada a necessidade de diminuição do déficit orçamentário.

Possíveis alternativas para que se mantenha constante a dívida em proporção ao PIB — dificuldades para a aplicação das políticas fiscal e(ou) monetária

Observa-se atualmente no Brasil grande dificuldade do Poder Executivo e do Poder Legislativo em efetivar medidas que resultem em cortes de despesas e(ou) aumento de impostos; logo, possíveis saídas incluiriam realizar reformas estruturais na tributação e na legislação trabalhista e fomentar a tecnologia e a inovação para promover o crescimento da economia, **influenciando o denominador, ou atuações para modificar o perfil da dívida com substituição de títulos pós-fixados por prefixados e/ou novas fontes de financiamento com juros e encargos menores, influenciando o numerador.** Quanto maior for o crescimento da economia **ou menor a velocidade de crescimento da dívida**, menor será a necessidade de gerar superávit primários para manter a dívida constante como proporção do PIB.